

## Controvérsia da Transposição

O Fórum Social Nordestino promoveu esta semana (2) uma videoconferência buscando ampliar o debate sobre o projeto de transposição do Rio São Francisco, que desponta como prioritário no contexto atual, dadas as repercussões sócio-econômicas e ambientais que são implícitas ao projeto, inclusive pelo montante de recursos envolvidos e pelos interesses associados ao agronegócio.

Durante a videoconferência, manifestaram-se contrárias ao projeto: a Articulação do Semi-Árido Brasileiro (ASA), a AMB e a representante dos povos indígenas, Pretinha Truká. Aldo Santos, da coordenação da ASA, defendeu a necessidade de o governo federal investir em ações de políticas públicas que contribuam para a convivência com o semi-árido, indicando como principal questão a ser observada, neste momento, a gestão das águas do São Francisco e não a sua transposição.

Carmen Silva, representante da AMB na videoconferência, apontou os impactos da privatização da água sobre a vida cotidiana, sobretudo das mulheres. Para ela, é importante considerar o projeto de transposição dentro do atual modelo de desenvolvimento do Brasil e ainda o risco de uma crescente privatização da água (uso, distribuição, gestão), principalmente levando em conta as negociações atuais e futuras na Organização Mundial do Comércio, no âmbito do setor Serviços.

Entre os especialistas presentes na videoconferência, João Suassuna (Fundaj) fez sua crítica ao projeto a partir da análise da política energética, considerando as ameaças que a transposição proposta poderá significar para a produção e distribuição de energia. Além disso, ele ressaltou que o projeto leva água para onde ela já existe, citando os reservatórios Castanhão no Ceará (6,7 bilhões de m<sup>3</sup> de capacidade de armazenamento); Engenheiro Armando Ribeiro Gonçalves (2,4 bilhões de m<sup>3</sup>) e Santa Cruz (600 milhões de m<sup>3</sup>) no Rio Grande do Norte.

Frente ao debate crítico estabelecido na videoconferência, coloca-se como crucial o fortalecimento da articulação dos movimentos sociais, dentro da luta das mulheres e homens pelo reconhecimento da água como direito humano fundamental, numa perspectiva de sustentabilidade sócio-econômica e ecológica. Neste sentido, será preciso, cada vez mais, ampliarmos este debate sobre a gestão das águas.

## Vitória importante no STF

Por sete votos a quatro, o Supremo Tribunal Federal decidiu, no último dia 19, rejeitar a questão de ordem do procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, e manter o processo de julgamento da ação encaminhada pela Confederação Nacional das/os Trabalhadoras/es da Saúde (CNTS), que solicita ao STF o reconhecimento do direito de toda mulher a interromper uma gravidez de feto anencefálico (sem cérebro), sem que para isso tenha que recorrer à Justiça.

Um dos argumentos contidos na ação da CNTS [que, tecnicamente, se chama *Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF)*] é de que, dadas as circunstâncias de uma gravidez de feto anencefálico, que sobrevive apenas minutos ou horas, a prerrogativa de interromper a gravidez já estaria garantida às mulheres na Constituição Federal, que assegura a mulheres e homens os direitos à saúde, à liberdade e à dignidade.

O procurador Fonteles pedia o arquivamento da ADPF por considerar que a interrupção da gravidez em casos de anencefalia seria matéria do Legislativo e não do Judiciário. Admitida como instrumento jurídico para a questão, a ADPF prosseguirá no Supremo Tribunal Federal, devendo ser votada este ano, conforme divulgou o ministro Marco Aurélio de Mello (relator da ação), através da imprensa.

### Jornadas

Na opinião de Gilberta Soares, da coordenação das Jornadas Brasileiras pelo Aborto Legal e Seguro, este resultado no Supremo representa uma vitória importante na luta das mulheres por direitos sexuais e direitos reprodutivos, e especificamente quanto a dar continuidade a uma gravidez de feto com anencefalia. Gilberta ressaltou, neste contexto, a atuação qualificada do movimento de mulheres e feminista, junto ao STF.

Na imprensa, a votação no Supremo foi considerada uma derrota dos setores conservadores da Igreja Católica, que pressionaram o STF para que arquivasse a Arguição. Votaram pelo arquivamento os ministros Eros Grau, Cezar Peluso, Carlos Velloso e a ministra Ellen Gracie. Os jornais também destacaram que da/os 11 ministra/os, seis já demonstraram que pretendem votar a favor do direito da mulher de optar por interromper a gravidez se for detectada a anencefalia.

No ano passado (julho), uma liminar do ministro Marco Aurélio liberou a antecipação do parto nesses casos em todo o país. Depois dessa votação no STF, dia 19, o ministro informou que o STF realizará, ainda neste semestre, audiências públicas para ouvir diversos segmentos sociais, incluindo o movimento de mulheres.

## Violência contra a mulher

De acordo com o Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA), “cerca de 90% dos casos de violência doméstica contra a mulher terminam em arquivamento nas audiências de conciliação, sem que as mulheres encontrem uma resposta efetiva do poder público frente à violência sofrida”. Para o movimento de mulheres, um dos obstáculos para o enfrentamento desta problemática tem sido o julgamento dos casos nos Juizados Especiais Criminais, regidos pela Lei 9.099/95, que foram criados para tratar de crimes de menor potencial ofensivo.

Este é um desafio a ser enfrentado pelas organizações do movimento de mulheres, neste momento em que tramita na Câmara de Deputadas/os o Projeto de Lei 4.559/04, que mantém os Juizados Especiais Criminais nos casos de violência contra a mulher. O PL estará em debate a partir do mês de junho, em uma série de audiências públicas nas Assembléias Legislativas de todos os estados. *(LEIA A ÍNTEGRA desta nota num dos anexos da seção CONtextos).*

## Mulheres indígenas

A onda de violência que atinge mulheres e homens indígenas, em Roraima, levou 16 organizações estaduais, entre elas o Núcleo de Mulheres de Roraima, a solicitar à Secretaria Especial de Políticas para Promoção da Igualdade Racial o adiamento da Conferência Estadual de Promoção da Igualdade Racial, prevista para dias 28, 29 e 30 de abril, em Boa Vista.

Para Andréa Vasconcelos, presidente do Sindicato dos Bancários e integrante do Núcleo de Mulheres de Roraima, o documento (assinado por organizações indígenas e entidades que apóiam a causa indígena) ressalta a importância da Conferência, que não tem condições de ser realizada até que seja garantida a segurança de “lideranças populares, indígenas e sindicalistas ameaçadas de morte pelo posicionamento em defesa dos direitos indígenas”.

O documento também frisa que “qualquer tentativa de discutir a necessidade e as implicações da ‘igualdade racial’ estaria prestes a ser transformada em outro palco de demonstrações anti-indígenas”, dada a impossibilidade de defensoras/es da luta indígena estarem presentes, ao verem ameaçadas as suas próprias vidas. *(Leia a íntegra da nota em anexo da seção CONtextos).*

## Católicas debatem aborto

A organização feminista Católicas pelo Direito de Decidir realizará uma série de oficinas, durante o mês de maio, com o objetivo de ampliar o debate sobre aborto. Segundo Alcilene Cavalcante, da equipe de Católicas, a promoção das oficinas é uma forma de atuar de modo que esta questão não fique restrita ao movimento de mulheres e tampouco à agenda da mídia ou da Comissão Tripartite, que já iniciou os trabalhos para revisão da legislação punitiva, no Brasil.

Estão sendo convidadas/os para as oficinas: lideranças de distintos movimentos sociais, a exemplo de feministas, sindicalistas, estudantes e trabalhadoras/es rurais, incluindo militantes do movimento dos sem-terra. As oficinas serão coordenadas por Alcilene Cavalcante e Dulce Xavier e estão marcadas para este mês nas seguintes cidades: 11 e 12 de maio, em Dourados (MS); 12 e 13, Campo Grande (MS); 17 a 19, Belo Horizonte; 21, São Paulo; 24 e 25, Aracaju; 26 e também 30 e 31 de maio, em Maceió; 30, 31 de maio e 01 de junho, em Palmas e Miranorte (TO).

Católicas pelo Direito de Decidir é uma entidade membro das *Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro* e tem articulado as oficinas com outras organizações das Jornadas, do movimento de mulheres e da sociedade civil.

## Aborto - Diálogo Estratégico

Será realizado em Recife, no próximo 9, o 1º Diálogo Estratégico entre Parteiras, Trabalhadoras Rurais e a Secretaria Executiva das Jornadas Brasileiras pelo Direito ao Aborto Legal e Seguro. O evento faz parte da estratégia das Jornadas, no sentido de mobilizar setores específicos do movimento de mulheres e será realizado conjuntamente por: Curumim, Católicas pelo Direito de Decidir e Secretaria das Jornadas.

Participarão do Diálogo trabalhadoras rurais dos estados de Pernambuco e Paraíba, vinculadas ao Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR/NE), Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Sertão Central de Pernambuco (MMTR/Sertão Central), além dirigentes da Contag. As parteiras virão de municípios de Pernambuco localizados nos Sertão, na Mata Sul e Região Metropolitana de Recife, além de uma companheira do estado do Acre.

## CONtextos

Anexamos a esta edição a *Carta da Mobilização Nacional Terra Livre*, documento aprovado por mais de 700 lideranças indígenas representantes de 89 povos indígenas de todo o Brasil, reunidas em Brasília no Acampamento Terra Livre, entre os dias 25 e 29 de abril. O documento marca o encerramento da “mobilização mais significativa realizada pelos povos indígenas do Brasil, desde a triste comemoração dos 500 anos, em Porto Seguro, no ano 2000”. O acampamento consolidou “uma aliança nacional entre dezenas de povos, organizações indígenas e entidades indigenistas, com o objetivo comum de defender e garantir a efetividade dos direitos indígenas no Brasil”.

No segundo arquivo anexo, segue o artigo de Maria José Rosado (CDD-Brasil) “Pensando eticamente sobre concepção, anticoncepção e aborto”. O texto é um dos itens do kit distribuído por Católicas pelo Direito de Decidir nas oficinas realizadas nos Estados.

O terceiro anexo traz a íntegra das notas sobre violência (projeto na Câmara de Deputadas/os) e mulheres indígenas de Roraima.

## Projeto Político das ONGs

Buscando debater que projeto político defendem as ONGs, a Abong promoveu hoje (04) no auditório Nereu Ramos, na Câmara de Deputadas/os, em Brasília, o Seminário “Marco Legal das ONGs em debate no Congresso Nacional. Taciana Gouveia foi uma das representantes da AMB presentes e atuou como debatedora na mesa sobre o “Papel das ONGs na cena política”. Também participaram como militantes do movimento de mulheres: Analba Brazão (Coletivo Leila Diniz/Fórum de Mulheres do Rio Grande do Norte); Jacira Melo (Instituto Patricia Galvão/Articulação de Mulheres de SP) e Nilza Iraci (Geledés/Articulação de ONGs de Mulheres Negras Brasileiras).

Além da Abong, promoveram o seminário as articulações/redes: Fórum Brasileiro de ONGs e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento – FBOMS; Grupo de trabalho Amazônia – GTA; Rede de ONGs da Mata Atlântica – RMA; e Rede Brasil sobre Instituições financeiras multilaterais. O Cfemea, o Inesc e o Instituto Socioambiental – ISA também são organizações promotoras do seminário. Informações: [abong@uol.com.br](mailto:abong@uol.com.br).

## Mulheres no Meio Rural

Este foi o tema do seminário internacional promovido dias 27 e 28 de abril, em São Paulo, pelo Núcleo de Estudos de Gênero Pagu. Entre outras questões, as mesas trataram das relações de gênero e a agricultura familiar (Elisabeth Cardoso, SOF), das políticas de gênero para o meio rural (Andréa Butto, MDA) e também consideraram a organização/divisão sexual do trabalho em um assentamento coletivo do MST (por Giovana Ilka Salvaro).

Mais informações sobre os debates do seminário com a Secretaria de Eventos do IFCH – Unicamp (19) 3788.1601 [seceven@unicamp.br](mailto:seceven@unicamp.br)

Articulando Eletronicamente Ano IV Nº 119 *Coordenação Editorial desta edição:* Taciana Gouveia, Carmen Silva (SOS Corpo) e Carla Batista (Sec. Exec AMB). Redação e Jorn. Responsável: Paula de Andrade (2.214 DRT/PE). Apoio: Fundação Ford [amb@soscorpo.org.br](mailto:amb@soscorpo.org.br)